



CONTRIBUIÇÕES DA BNCC NA PROPOSTA CURRICULAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA NOS ANOS INICIAIS

Josilene Rejane da Silva¹
Orientadora: Rozineide Iraci Pereira da Silva²

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de apresentar uma análise sobre as contribuições da Base Nacional Comum Curricular-BNCC na proposta curricular da educação básica nos anos iniciais. Portanto para a busca de estudos, foi utilizada uma revisão bibliográfica, leitura de livros, artigos científicos, legislações e diretrizes curriculares em relação o tema. Assim sendo se utilizou as bases de dados Scientific Electronic Library Online – SCIELO e pelo Portal de Periódicos da CAPES, no período de 2018 e 2022. Os resultados demonstraram que A BNCC contribui para a diminuição das desigualdades educativas e igualitárias, a qual deve ser entendida diante de uma expectativa histórica, social e econômica, envolvendo assim o entendimento das diversas possibilidades de acesso da população carente de conhecimento e que o método de ensino-aprendizagem para a educação básica nos anos iniciais deve ser planejado, organizado, buscando um ambiente favorável para interação e que o aluno seja capaz de brincar e conviver de maneira que contribua para a aprendizagem propostas pela BNCC. Conclui-se então que a partir do conhecimento da base o professor terá um norte para o planejamento de suas aulas aperfeiçoando o método pedagógico e que a BNCC possibilita a melhoria na Educação Básica no Brasil, como também busca favorece o professor na organização e na experiência que permitem os alunos conhecerem a si e ao outro, construindo assim o conhecimento, desenvolvendo o conteúdo dentro de cada item curricular de maneira interdisciplinar, não demolida, apontando assim um entendimento absoluto dos alunos.

Palavras-Chave: Educação Básica, BNCC, Planejamento.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da Educação Básica no Brasil e no mundo se prepara para as novas tecnologias e o desejo de inovar a fim de orientar o ensino em nível nacional. Sendo assim a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, é um documento que norteia o currículo dos programas e redes educacionais das Unidades da Federação, e as propostas de ensino das escolas públicas e privadas de Educação Básica, em todo o país conforme a Lei nº 9.394/96 da LBD.

¹ Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Alpha, josilvar22@gmail.com.

² Professora orientadora: Doutora em Educação, Universidade Aberta do Brasil-UAB, neide-silva96@hotmail.com.



Aprovada em 20/12/2017, a BNCC definiu dez habilidades comuns que devem ser utilizadas por instituições públicas e privadas e incluídas no currículo a partir de 2019. A BNCC foi legalizada nos termos da Lei nº. 13.005/2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação - PNE, e seu esclarecimento ocorrem com a participação do estado, da região federal e do município, em participação com a comunidade educativa e a população.

O presente artigo tem o objetivo geral apresentar uma análise sobre as contribuições da Base Nacional Comum Curricular-BNCC na proposta curricular da educação básica nos anos iniciais.

A BNCC fornece diretrizes para as instituições de educação básica e seus profissionais alterarem e/ou adequarem o currículo e os novos conceitos a serem incluídos nos programas de ensino realizados pelas escolas. Com base na importância de “capacidades”, esse projeto se apresenta como uma nova forma de educação, para atingir sua real função no método de obtenção do conhecimento.

Entende-se então que a BNCC fornece algumas orientações e trás algumas competências habilidades, algumas aprendizagens que precisam ser trabalhadas e consideradas no planejamento, dos conteúdos serem trabalhados de acordo com a realidade e necessidades em que está inserida a instituição de ensino podendo assim elaborar o seu próprio planejamento, sobre orientação de outras visões e sob a maneira de desenvolvimento de documentos oficiais (OLIVEIRA, 2018).

Mas para elaboração do planejamento é importante conhecer o projeto político pedagógico que a escola utiliza e conhecer o regimento da escola porque ela tem com exclusividade informações a respeito do contexto no qual você está de fato inserido e geralmente alguns momentos em que se encontra mais sistematicamente.

E esse contato com a equipe pedagógica para equipe diretiva é nos conselhos de classe onde se tem reuniões que são organizadas geralmente no final de cada período letivo no final de cada bimestre, trimestre ou semestre sendo assim o momento em que se pode ter uma visão pouco mais ampliada a respeito do que tem acontecido na sala de aula e em particular com cada um dos estudantes até o momento que você tem uma visão desses estudantes em particular compartilhando-a com os demais docentes (MENDONÇA, 2018).

A alteração realizada no Ensino Médio, atribuída pela Lei 13.415/2017, que transforma a LDB e define a forma de um currículo que retira o caráter de última fase da educação básica e diminui o direito à educação pública de condição, destaca-se ainda que a nova educação primária aprove, os métodos de eliminação e separação educativa que ameaçam não só a qualidade da formação dos jovens, mas também o trabalho e a formação



dos profissionais da educação, contrariamente à consulta pública, há uma inversão da política educacional (CNTE, 2017).

Embora muitos desprazeres e contrariedades, a última versão da BNCC foi aprovada no ano de 2018. O Ministério da Educação-MEC determinou um prazo de até 24 meses depois a sua aprovação, para que os estados e municípios preparassem os próprios currículos.

Conforme o Ministério da Educação, a BNCC:

É um documento de maneira normativa que determina o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens fundamentais que os alunos precisam expandir ao longo das fases e modalidades da Educação Básica, de maneira que tenham garantidos seus direitos de aprendizagens e desenvolvidos, em conformidades com o que comanda o Plano Nacional de Educação. Esse documento normativo aplica-se apenas à educação escolar, tal como a determina o § 1º do Art. 1º da Lei nº 9.394/96, e está norteado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que apontam o desenvolvimento humano total e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (BRASIL, 2018, p. 7).

A BNCC está constituída em 5 (cinco) campos de conhecimento que são: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso. Cada um desses campos é fundamentado por 2 (dois) elementos básicos que são: capacidades exclusivas da disciplina e elementos curriculares. Os quais são compostos por elementos fundamentais compostos a partir das capacidades exclusivas do elemento, as unidades temáticas, componentes de conhecimento e agilidades (BRASIL, 2018).

De acordo com o Ministério da Educação (2016), a BNCC tem como contribuições de aprendizagem metas de desenvolvimento que orientam a concepção do currículo para as diferentes etapas da aprendizagem, abordando assim o desenvolvimento e a aprendizagem como métodos contínuos de transformação ao longo da vida, incluindo questão social, afetiva, cognitiva e emocional. Explana-se ainda que com a BNCC, os finalidades e benefícios de aprendizagem são garantidos em qualquer estabelecimento escolar brasileiro. É uma oportunidade que garanti uma formação igualitária para todos os alunos em termos do direito de estudar e aumentar os conhecimentos.

Segundo Santos (2016), os professores querem, por meio de suas pesquisas, contribuir para confirmar a proposta de ter um currículo básico, não apenas como requisito para garantir a igualdade no ensino. Saviani (2016) destaca que a contribuição da BNCC, é ajustar o desempenho educacional no Brasil para ter parâmetros comuns de avaliação regular. A fundação também serve como guia para o desenvolvimento do currículo da Educação Básica para as escolas. Tendo assim conhecimentos essenciais que os alunos precisam para poder

acessar nas áreas de conhecimento importantes para a formação. Portanto, o currículo é dividido em 60% de seu conteúdo geral e 40% estabelecido por cada região, onde cada programa educativo escolhe o conteúdo.

O autor citado anteriormente analisa que, para as escolas, como também para os professores, ficará claro o que os alunos devem aprender, do mesmo modo, o que eles podem fazer aprendendo o que foi adquirido.

De forma prática, profissionais das instituições educacionais poderão preparar seu planejamento anual, acontecimentos escolares diários e sua programação, de acordo com as características internas dos alunos. Outro documento que pode atuar como regulador destes casos seria o Referencial Curricular Nacional para a Educação (RCN), pois é muito importante conhecer também qual o currículo que está sendo adotado como também o projeto político pedagógico da escola, direcionando a uma avaliação dos critérios que deverão ser tomados e levados em conta.

Diante deste contexto se viu a necessidade desta pesquisa, pois com o estudo mais centrado na temática estudada, se tem melhores condições de compreender as contribuições da BNCC. Sendo assim, este artigo objetivou analisar as contribuições da BNCC na proposta curricular da educação básica nos anos iniciais.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão de literatura com abordagem exploratória e qualitativa em educação, onde visa explicar um determinado questionamento de acordo com referencial teórico, nesse estudo, analisa as contribuições da BNCC na proposta curricular da educação básica nos anos iniciais.

Segundo Gil (2017), a revisão da literatura não pode ser fundamentada nas sínteses dos estudos anteriores, mas deve seguir uma discussão crítica e avaliativa sobre o estado atual do problema em análise. Posteriormente aos estudos encontrados, foi realizada uma leitura do material obtido, selecionando assim o que é interessante para a pesquisa em questão, seguida de uma leitura mais minuciosa para que não perdesse nenhum aspecto essencial para a realização do mesmo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



Os estudos analisados descreveram que a BNCC é um documento geral, principalmente com o objetivo de unificar um currículo único, que define “confiabilidades”, “capacidades”, “métodos”, “desenvolvimento de atitudes” e “direitos de aprendizagem” que precisam orientar o trabalho docente em todas as escolas brasileiras e em todas as fases da educação básica. Obrigatório e com efeito nacional (CÁSSIO, 2018).

Com base no que foi explanado, Silva (2018) enfatiza que “a BNCC reforça a experiência ao recusar a idéia de currículo como uma edificação histórica, ao invés de uma contraposta”. A não participação dos professores mostra a visão que esses órgãos prepararam a base e têm sobre os mesmos, negando-os que sejam contra a natureza do ensino. Sendo assim essa dificuldade e a não participação dos professores está intimamente relacionada ao domínio do que precisa ser lecionado e estudado, e haverá esse domínio por meio de avaliação externa.

Conforme a BNCC, o PNE confirma a importância da fundação do currículo nacional no Brasil, com finalidade na aprendizagem e como estratégia para melhorar a condição da Educação Básica em todas as fases e técnicas (BRASIL, 2018). No entanto, não há como melhorar a educação, pois requer recursos para investir em educação continuada, política salarial e infra-estrutura escolar.

Segundo Santos (2018), a BNCC está envolvida com a aceitação da Emenda Constitucional EC55/2016, que limita os gastos públicos para os próximos 20 anos, com exclusividade os custos com educação.

Segundo Sousa *et al* (2020), a BNCC é um documento padrão que, desde que foi aprovado pelo Ministério da Educação, vem norteando a elaboração de currículos e propostas de ensino para escolas públicas e privadas. Este documento parte de fato de que a igualdade será alcançada, definindo quais são as mesmas disciplinas centrais e aplicando as mesmas políticas educativas a todas as instituições escolares do Brasil, portanto, o que está sendo protegido é superar a desigualdade em termos de qualidade do ensino na educação básica.

Enquanto Bittencourt (2017) diz que a BNCC sugere ir além dos fragmentos radical disciplinar do conhecimento, desenvolvendo o estímulo do aprendizado na vida real, a importância do assunto para dar sentido ao que se contrai e a representação do aluno em sua aprendizagem e no entendimento de seu plano de vida.

Para Sousa (2015) a BNCC tem como finalidade determinar os principais conteúdos no contexto de um plano do currículo de todo o Brasil, que definirá os teores imprescindíveis para a educação em geral, buscando fazer com que as pessoas tenham um desenvolvimento uniforme e garante, também, que o currículo apresentará o resultado da atuação do aluno,



acabando atendendo a diferença da tradição e da população brasileira acarretando desta maneira a um resultado aguardado.

Já Burgos (2015), explica que a BNCC é a forma como é produzido o currículo tornando possível a independência local para preparação, o que impossibilita todos os alunos de obter o conteúdo igual, a divulgação da desigualdade verificada, a princípio de modelo, assim como a importância entre os alunos de 15 a 17 anos que competem aos 25% mais pobres da população, são do ensino médio, não mais do que 35%, é a consequência da agilidade quanto ao que precisa ser feito e estabelecido o direito a aprendizagem impossibilitando que qualquer jovem compartilhe uma coleção de estudo comum.

Com isso, Santos (2015) explica que a BNCC, é um estímulo para que aconteça o desenvolvimento de ensino da educação básica, pois apresentar um currículo é buscar ocasiões para modificações e alterações consecutivas, uma vez que a BNCC traz em seu contexto especificidade fundamental, de teor dos quais os alunos necessitam aprender a cada ano e fase do ensino da educação básica, tendo como finalidade a superação de desafios que envolvem o método de ensino aprendizagem.

Conforme Morgado, Norberto e Sousa (2017), a BNCC vem sendo preparada e alterada sempre com a intenção de apresentar melhoras. Diante disso Luria e Leontiev (2016) descrevem que não acreditam que a BNCC possa garantir conteúdos e progresso de capacidades exclusivas de cada uma das fases da educação no método de aprendizagem difícil e extenso, onde o aprender pode ser percebido como uma prática social, a qual é avaliada pela afinidade entre linguagem e atuação.

Para Pires, Comerlato e Caetano (2019) os principais elementos da agenda do ESP estão na luta contra a "educação ideológica" e a "ideologia de gênero". Criada em 2004, esta organização tem registado um crescimento significativo nos últimos cinco anos, com atuação em diversas áreas. Suas ações trouxeram graves consequências para a educação pública, reduzindo a democracia nas instituições, criminalizando e silenciando os professores. Além de promover o apagamento da diversidade e a destruição do significado social do ambiente escolar.

Com isso Peroni, Caetano e Lima (2017) diz que em sua última versão, as palavras identidade de gênero e sexualidade foram retiradas do texto da BNCC. Essa decisão gerou várias críticas, porém a pressão da Frente Parlamentar Evangélica por meio do Movimento Escola Sem Partido (ESP) não evitou que essas organizações defendessem o documento como algo bom. Essa organização tem atuado nas discussões políticas sobre o esclarecimento da



BNCC, participando dos debates sobre o que deve ou não ser explicitado no currículo definido pelo texto, rompendo com as diretrizes de raça, gênero e sexualidade.

Portanto a BNCC é um documento regulador e mestre do currículo nacional, assegurando condições e oportunidade igual para os alunos do sistema educacional brasileiro com a finalidade de uma política educacional mais compreensiva, expondo assim certa fragilidade ao implementar e garantir a igualdade de aprendizagem.

No entanto, o sistema educativo, bem como a política, envolve todos os indivíduos federativos e necessita de pacto político e econômico, com o objetivo de fortalecer o Brasil por meio da educação social em um povo com diversidades tão definida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo de analisar as contribuições da Base Nacional Comum Curricular, na proposta curricular da educação básica nos anos iniciais. Como resultados os estudos apontaram que a BNCC pode contribuir para elaboração de proposta diante dos desafios essenciais da formação inicial e continuada de professores, considerando que a BNCC traz sugestões para o currículo da Educação Básica na medida em que tenta ajustar o conhecimento através de teores mínimos, capacidades, desenvolvimentos e atuação nas avaliações.

Foi observado também que a BNCC contribui para a melhoria na qualidade da educação, já que a condição se relaciona com diferentes demandas e interesses.

Assim sendo, não basta apresentar as mudanças prontas e acabadas para os professores, é necessário ter uma formação adequada para que os professores se sintam seguros e qualificados.

Considera-se então que para se obter uma educação de qualidade precisa-se de investimentos em políticas de formação continuada, em política salarial correta e em infraestrutura escolar.

Foi visto também que a BNCC contribui para a diminuição das desigualdades educacionais e igualitárias, a qual deve ser entendida diante de uma expectativa histórica, social e econômica, envolvendo assim o entendimento das diversas possibilidades de acesso da população carente de conhecimento.

Conclui-se então que a BNCC possibilita a melhoria na Educação Básica no Brasil, como também busca favorecer o professor na organização e na experiência que permitem os



alunos conhecerem a si e ao outro, construindo assim o conhecimento, desenvolvendo o conteúdo dentro de cada item curricular de maneira interdisciplinar, não demolida, apontando assim um entendimento absoluto dos alunos.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, J. **Base Nacional Comum Curricular: uma análise a partir do ciclo de políticas.** 2017. Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2017. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24201_12678.pdf. Acesso em: 18 jul. 2022.

BRASIL Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Educação é a base. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 22 jul. 2022.

BURGOS, M. B. Base Nacional Comum: O currículo e o debate público. **Boletim CEDES.** 2015. Disponível em: http://www.cis.puc-rio.br/cis/cedes/bn/setembro_dezembro_2015/3-base-nacional-comum_marcelo-burgos.pdf. Acesso em: 18 jul. 2022.

CÁSSIO, F. L. Base Nacional Comum Curricular: ponto de saturação e retrocesso na educação. **Rev. Retratos da Escola**, Brasília, v. 12, n. 23. 2018.

CNTE. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. A reforma do ensino médio elimina direito, trazer para o setor privado a educação e terceiriza os trabalhadores escolares. **Rev. Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 337-343, 2017. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/772>. Acesso em: 21 jul. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 11 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MENDONÇA, E. F. PNE e Base Nacional Comum Curricular: impulsos na gestão da educação e da escola. **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas.** Recife, 2018.

MORGADO, J. C.; NORBERTO, H.; SOUSA, J. **Currículo, ideologia, teorias e políticas educacionais.** 6. Ed. Recife: ANPAE, 2017.

OLIVEIRA, I. B. Políticas curriculares no contexto do golpe de 2016 debates atuais, embates e resistências. **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e expectativas.** Recife, 2018.

PERONI, V.; CAETANO, R. M.; LIMA, P. Reformas educacionais de hoje as implicações para a democracia. **Rev. Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, 2017.

PIRES, O. D.; COMERLATTO, L. P.; CAETANO, M. R. O conservadorismo e as consequências para a democratiza da educação pública: A reforma do ensino médio e da BNCC. **Políticas Educativas**, Paraná, v. 12, n. 2, 2019.



SANTOS, M. Base Nacional Comum Curricular: Desafios e conseqüências. **Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 8, n. 3, 2015. Disponível em: <https://index.php/recarticle2015.v8n3>. Acesso em: 18 jul. 2022.

SANTOS, P. S. **Base Nacional Comum Curricular**: breves considerações. 2016. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016. Disponível em: http://www.dfe.uem.br/TCC-2016/PATRICIA_SILVERIO.pdf. Acesso em: 22 jul. 2022.

SANTOS, R. E. O. **Pedagogia histórico crítica**: que pedagogia é essa? *Horizontes*, v. 36, n. 2. 2018.

SAVIANI, D. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Mov. Rev. Ed.**, Niterói, ano 3, n. 4, p. 9, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/problema_da_Base_Nacional_Comum_Curricular. Acesso em: 22 jul. 2022.

SILVA, A. G. Tendências pedagógicas: perspectivas históricas e reflexões para a educação brasileira. **Unesc & Ciência**, v. 9, n. 1. 2018.

SOUSA, F. G. A. *et al.* Possíveis implicações da Base Nacional Comum Curricular para a formação dos professores da Educação Básica. **Rev. IMPA**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2020.

SOUSA, J. L. U. Currículos e Projetos de Formação: Base Nacional Comum Curricular e seus desejos de desempenho. **Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 8, n. 3, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/download/rec.2015.v8n3.323334/14759>. Acesso em: 22 jul. 2022.